



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

29/01/2013

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. CASO DÉCIO SÁ.....	1
1.2. CONVÊNIOS.....	2
1.3. DECISÕES.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	6 - 7
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	9 - 11
4.2. CONVÊNIOS.....	12
4.3. DESEMBARGADORES.....	13 - 14
4.4. OBRAS/REFORMA.....	15
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	16 - 17
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. DECISÕES.....	18 - 19
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CASO DÉCIO SÁ.....	20 - 21
7.2. CNJ.....	22
7.3. DECISÕES.....	23 - 26
7.4. OBRAS/REFORMA.....	27
7.5. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	28
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. DECISÕES.....	29 - 30
8.2. OBRAS/REFORMA.....	31
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. CNJ.....	32
9.2. DECISÕES.....	33 - 34
9.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	35
9.4. OBRAS/REFORMA.....	36
9.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	37
9.6. SEM ASSUNTO.....	38

CASO DÉCIO SÁ

TJ suspende início de depoimentos

A primeira audiência do processo de julgamento dos acusados na morte do jornalista Décio Sá foi iniciada na manhã desta segunda-feira, 28, e invalidada no início da tarde, por decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em liminar expedida pelo desembargador Raimundo Nonato Sousa, foi invalidada a audiência realizada na Primeira Vara do Tribunal do Júri para oitiva das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, no processo que apura o assassinato do jornalista. Na audiência presidida pelo juiz Márcio de Castro Brandão, tendo o promotor Luís Carlos Correa Duarte, representando o Ministério Público, a esposa da vítima Silvana Cardoso da Cruz e outras duas testemunhas, Lília Maia da Silva Gomes e Ezília Silva Oliveira, chegaram a ser interrogadas, mas os trabalhos foram suspensos com a chegada de uma liminar do TJ, proibindo qualquer ato até que sejam julgados todos os pedidos de habeas corpus em favor dos acusados, que tramitam na Justiça.

► PARCERIA

Convênio entre o Executivo e o Judiciário vai reforçar trabalho das associações de proteção a condenados



ENCONTRO ENTRE DESEMBARGADOR FROZ SOBRINHO E SECRETÁRIO SÉRGIO TAMER

SOB O OLHAR DA JUSTIÇA

O Grupo de Monitoramento Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão vai celebrar convênio com a Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) para garantir a continuidade do trabalho das Associações de Proteção e Assistência a Condenados (Apacs).

"Acreditamos na política de ressocialização e no método Apac e vamos formalizar novo convênio em reforço ao que vem sendo feito pelas associações. Esperamos que ele seja ampliado no estado", ressaltou o coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, em reunião com o secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, na última sexta-feira.

No encontro, Tamer apresentou o relatório do mapeamento da situação processual e prisional de 368 detentos reclusos por mais de 120 dias do Centro de Detenção Provisória (CDP), em Pedrinhas. Ele falou do interesse da Sejap em reduzir o quantitativo de presos provisórios nas unidades prisionais do Estado.

"Estamos empenhados nessa redução. Por meio do levantamento da assistência jurídica buscamos garantir aos custodiados tratamento digno, respeitando seus direitos, observando os critérios de decisão criminal e proporcionando a integração social ao condenado e ao internado, com sentimento de respeito aos direitos humanos", afirmou.

De acordo com o desembargador Froz Sobrinho, o

mapeamento é inédito para o Judiciário maranhense ao trazer dados precisos e completos de presos provisórios, sendo uma importante ferramenta para dar celeridade aos julgamentos de processos.

"Vamos fazer uma revisão com os juízes e discutir a aplicação de medidas cautelares para que estes presos possam responder o processo em liberdade. O levantamento humaniza o trabalho da Justiça, pois dá maior velocidade ao processo, facilitando a correta aplicação da pena", observou.

Participaram da reunião o secretário adjunto de Justiça e Administração Penitenciária, Leonel Carvalho Amorim, a subsecretária da pasta, Leopoldina Amelia Barros, e o assessor do Monitoramento Carcerário, Ariston.

▶ INVESTIGAÇÃO ◀

Deputado foi denunciado pela Procuradoria Geral de Justiça por formação de quadrilha, grilagem de terras e falsidade ideológica



CUTRIM FOI DENUNCIADO PELO PGJ E VAI SER INVESTIGADO

CUTRIM VOLTA À CENA

CLODOALDO CORRÊA

Volta e meia o nome do deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) aparece em alguma polêmica. Desta vez, o parlamentar foi denunciado pela própria procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, ao Tribunal de Justiça do Maranhão por formação de quadrilha, grilagem de terras e falsidade ideológica.

A denúncia foi encaminhada ao Tribunal de Justiça na última sexta-feira. Até o fechamento desta edição, o Poder Judiciário informou que a denúncia ainda não havia sido protocolada para posterior distribuição. A denúncia da procuradora-geral teve por base o inquérito policial instalado ano passado sobre grilagem de terras no Maranhão.

As investigações sobre grilagem começaram após a morte do empresário Marggion Andrade. Com o de-

senrolar dos acontecimentos e a investigação sobre grilagem, uma família de Paço do Lumiar denunciou que teria sido lesada pelo deputado em aproximadamente R\$ 600 mil, na época em que ele era secretário de Segurança Pública do Estado, na venda de um terreno na comunidade Pindoba. A propriedade teria sido adquirida pelo hoje parlamentar através de documentos que poderiam ser falsos. O deputado que, segundo o corretor Sebastião Carodoso Filho, adquiriu a terra por meio de documento fraudulento e nunca teria pago o imóvel. A transação ocorreu em 2005 e o documento que autoriza a venda da terra, segundo o corretor, foi assinado em um restaurante da cidade de São José de Ribamar.

Os documentos para que Cutrim adquirisse a terra foram expedidos pelo cartório de 1º Ofício Extrajudicial

de São José de Ribamar. A procuração foi outorgada no mês de julho do ano 2000 por Antonio Claudino da Silva, que autoriza, por meio do documento, a venda da terra. Antonio Claudino, no entanto, morreu no ano de 1997.

O deputado fez duros discursos na tribuna da Assembleia Legislativa por ter seu nome envolvido neste inquérito e no caso da morte do jornalista Décio Sá.

A Assessoria de comunicação do Ministério Público Estadual confirmou o envio da denúncia ao Judiciário, mas não quis dar detalhes sobre o teor. A procuradora-geral não quis conceder entrevista sobre o caso.

O **Aqui-MA** tentou contato com o deputado Raimundo Cutrim (PSD) na segunda-feira (28), mas não obteve sucesso. Na Assembleia Legislativa, o gabinete do deputado estava trancado ontem, como a maioria neste período de recesso.

EM AGUARDO

LIMINAR DA JUSTIÇA SUSPENDE DEPOIMENTOS DO 'CASO DÉCIO SÁ'



Depoimentos do 'Caso Décio Sá' foram iniciados ontem, mas suspensos por decisão liminar

Uma liminar concedida pelo desembargador Raimundo Nonato de Sousa suspendeu os depoimentos das testemunhas de acusação do 'Caso Décio Sá'. As chamadas 'oitivas' foram iniciadas ontem (28), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau, em São Luís. De acordo com informações da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA), os depoimentos serão retomados somente após ser apreciado o mérito da liminar. **PÁGINA 3**

 LIMINAR

Corregedoria de Justiça suspende depoimentos do 'Caso Décio Sá'

Uma liminar concedida pelo desembargador Raimundo Nonato de Sousa suspendeu os depoimentos das testemunhas de acusação do 'Caso Décio Sá'. As chamadas 'oitivas' foram iniciadas ontem (28), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau, em São Luís. De acordo com informações da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA), os depoimentos serão retomados somente após ser apreciado o mérito da liminar.

Até o momento em que

houve a decisão do desembargador, foram tomados os depoimentos de três testemunhas: a esposa do jornalista, assassinado a tiros, em um bar da Avenida Litorânea, orla de São Luís, no dia 23 de abril de 2012; e de mais duas mulheres que teriam visto o acusado de cometer o crime, Jhonatan de Sousa Silva, fugir após o ato.

A liminar foi solicitada pelo advogado Aldenor Rebouças, que atua na defesa do também advogado Ronaldo Henrique dos Santos Ribeiro. No

habeas corpus, Rebouças alega ter sofrido constrangimento ilegal por parte do juiz Márcio Brandão, que presidiu as oitivas em virtude das férias da magistrada Ariane Mendes Pinheiro, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri.

O advogado alegou não ter conseguido acesso ao "conteúdo das interceptações telefônicas para a confecção da denúncia" formulada pelo Ministério Público. Em outro trecho do pedido de liminar, o advogado utiliza justamente as férias da titular da

1ª Vara para suspender as audiências, muito embora Márcio Brandão, juiz auxiliar da capital, esteja atuando há alguns meses como auxiliar na 1ª Vara do Tribunal do Júri.

De todos os acusados, somente dois não compareceram à audiência nesta segunda-feira. São eles: Shirliano Graciano de Oliveira que está foragido e José Raimundo Sales Chaves Júnior, conhecido como Júnior Bolinha, que justificou a ausência devido a problemas de saúde.

TJ MANTÉM AÇÃO CONTRA DONO DE POSTO ACUSADO DE CRIAR CARTEL

Ao todo, oito empresários do ramo de combustíveis - associados ao Sindicato de Revendedores de Combustíveis do Maranhão - e um jornalista de São Luís foram denunciados pelo MP. **PAG.03**

TJ mantém ação contra dono de posto acusado de criar cartel

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão negaram pedido de habeas corpus e determinaram o prosseguimento de ação penal contra o proprietário de dois postos de combustível de São Luís, acusado pelo Ministério Público Estadual de ter planejado e conspirado a cartelização do preço de revenda do combustível na capital.

Ao todo, oito empresários do ramo de combustíveis - associados ao Sindicato de Revendedores de Combustíveis do Maranhão - e um jornalista de São Luís foram denunciados pelo MP. Um dos denunciados pediu o tranca-

mento da ação, reclamando da falta de provas da materialidade do crime, e alegando não possuir potencial econômico e participação no mercado suficiente para eliminar a concorrência.

Os nove empresários foram acusados pelo Ministério Público de terem praticado crime contra a ordem econômica pela combinação de preços na revenda de combustíveis no primeiro semestre de 2011, quando houve um aumento geral e repentino nos produtos.

O MP utilizou depoimentos de testemunhas, planilhas de preços em áreas geográficas da cidade, escutas judiciais e dados da Agência Naci-

onal de Petróleo (ANP), que teriam demonstrado que a prática do cartel contaria com o suporte do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis, que teria disponibilizado seus empregados para monitorar os preços praticados na cidade.

O relator do pedido de suspensão da ação penal, desembargador Joaquim Figueiredo, não admitiu os argumentos em que o acusado argumentava a sua não prática dos atos, por se tratar de matéria privativa da instrução criminal.

Quanto à justa causa para prosseguimento da ação penal contra o empresário, o desembargador

considerou efetivamente preenchidos os requisitos, frisando que a denúncia expôs o fato criminoso, as circunstâncias, qualificando os acusados e classificando o crime.

Joaquim Figueiredo destacou que não caberia antecipar-se à instrução criminal, afirmando verdadeiros ou falaciosos os termos da acusação, por estarem ainda pendentes de análise.

"O que importa em casos como este é que a prova produzida na fase inquisitorial seja, afinal, confirmada por outros elementos, durante a fase judicial, com observância do contraditório e ampla defesa", afirmou o magistrado.

MAPEAMENTO

Sejap entrega relatório sobre detentos provisórios ao TJ

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sérgio Tamer, entregou ao desembargador Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, relatório elaborado pela secretaria sobre a situação dos presos provisórios. A entrega aconteceu durante reunião na última sexta-feira (25).

O relatório, elaborado pela equipe multidisciplinar da Sejap, analisou a situação dos internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas, em São Luís, custodiados por mais de 120 dias na unidade e diagnosticou 368 internos na

referida situação. O objetivo do levantamento é buscar garantir aos custodiados tratamento digno e respeito aos seus direitos.

O desembargador Froz Sobrinho descreveu a iniciativa como inédito no Maranhão "Com o relatório, o juiz pode analisar o perfil do preso e fazer uma análise mais humanizada. A Sejap desenvolveu uma ferramenta muito importante".

De acordo com o desembargador, o conteúdo do relatório será fundamental para o trabalho de diminuição no número de presos provisórios "A meta desse ano é conseguir diminuir em 20% o quadro de

presos provisórios do estado. É um trabalho audacioso, mas possível", ressaltou.

O secretário Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, destacou a parceria entre a Sejap e o TJ. "O grupo de monitoramento, em especial, tem sido grande aliado no desenvolvidos e evolução dos trabalhos nas unidades prisionais".

O secretário informou que uma das metas é a retirada dos presos das delegacias "Em 2012 já foram 400 internos a menos nas delegacias. Com a abertura de novas vagas, devido a construção de novos estabelecimentos penais, será possí-

vel retirar todos os presos provisórios das delegacias" explicou Tamer.

Participaram da reunião, a subsecretária e o assessor da Sejap, Leopoldina Amélia Barros e Leonel Amorim, respectivamente, e o Coordenador Executivo da Unidade de monitoramento Carcerário, Ariston Apoliano.

Durante a reunião ficou estabelecida a continuação na administração das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac's) e a criação de um novo convênio sobre as APAC'S entre a Sejap e o Tribunal de Justiça para aprovação da Procuradoria.



O agiota Gláucio Alencar, o assassino Jhonatan de Sousa Silva e o também agiota José de Alencar Miranda foram três dos denunciados no caso Décio Sá que prestaram depoimento antes da suspensão das oitavas

Justiça suspende oitavas das 55 testemunhas do caso Décio Sá

Pedido de habeas corpus feito pela defesa do advogado Ronaldo Ribeiro, um dos denunciados no processo, foi acatado pelo desembargador Raimundo Nonato de Souza, o que suspendeu a sessão de depoimentos. **Polícia 6**

Justiça suspende depoimentos de testemunhas no Caso Décio Sá

Desembargador Raimundo Nonato de Souza acata pedido da defesa do advogado Ronaldo Ribeiro, um dos denunciados, e concede habeas corpus, suspendendo a agenda de oitivas; nova sessão dependerá do julgamento do mérito

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia



O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Raimundo Nonato de Souza, decidiu suspender a agenda de depoimentos das 55 testemunhas arroladas no processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá, de 42 anos. A decisão foi consequência de um pedido acatado de habeas corpus, impetrado pela defesa do advogado Ronaldo Ribeiro, um dos denunciados pelo Ministério Público Estadual.

Segundo alegou o advogado Aldenor Rebouças Junior, defensor do indiciado, a defesa de Ronaldo Ribeiro não teve acesso a partes importantes dos autos, tais como o conteúdo de quebras de sigilo telefônico, o que compromete sua defesa técnica. "Não havia condições de a defesa se preparar para estas oitivas, pois sequer sabemos de fato do que nosso cliente é acusado", explicou o advogado de Ribeiro.

"Há possibilidade, inclusive, de Ronaldo Ribeiro ser excluído desse processo e reconhecido como inocente. Há mais de 120 dias,



Jhonatan de Sousa Silva, assassino do jornalista Décio Sá, esteve no fórum sob guarda de policiais federais



Gláucio Alencar e seu pai, José de Alencar Miranda, quando chegavam ao fórum sob proteção policial

estamos alegando esta condição que compromete o nosso trabalho, mas finalmente fomos atendidos. Este é o reconhecimento do Tribunal de Justiça de que esse processo é uma sequência de infelicidades", disse Rebouças Junior, ao deixar o Salão do Júri.

Ronaldo Ribeiro, que, segundo a polícia judiciária, era responsável pela causa de dezenas de prefeituras municipais investigadas no esquema de agiotagem denunciado pelo repórter da editoria de Política de *O Estado*, só chegou à audiência, por volta das 11h30, após alegar "problemas no trânsito". A ordem de seu habeas corpus foi apresentada ao juiz às 13h30, hora em que a sessão foi suspensa.

Depoimentos - Pelo menos 15 testemunhas de acusação eram aguardadas para serem ouvidas ontem, mas apenas três chega-

ram a prestar depoimento na sessão presidida pelo juiz auxiliar da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Márcio Castro Brandão. Os nomes não foram confirmados, mas, segundo informações, seriam a viúva do jornalista e dois clientes do restaurante Estrela do Mar, onde a vítima foi executada a tiros.

Sobre a decisão judicial, o magistrado que conduzia os trabalhos disse apenas que a determinação do desembargador deve ser cumprida. "Houve uma liminar do TJ, e cumprimos a ordem judicial. A partir de agora, vamos aguardar o julgamento do mérito desse habeas corpus impetrado pela defesa de um dos denunciados no processo", resumiu o juiz, que substituiu a juíza Ariane Pinheiro, titular do caso.

Enquanto durou a sessão, o prédio do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau, foi cercado por mais de 60

policiais, entre investigadores da Polícia Civil, militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O forte aparato policial foi deslocado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) para garantir não apenas a ordem, mas a integridade física das testemunhas e dos acusados.

Denunciados - Dos 12 denunciados pelo Ministério Público no inquérito que apurou a morte de Décio Sá, apenas dois, indiciados como intermediadores do crime, não compareceram. Segundo o Poder Judiciário, os ausentes foram os empresários Shirliano Graciano de Oliveira, conhecido como *Balão*, de 27 anos, ainda foragido, e José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Jú-*

nior Bolinha, de 38 anos, que alegou problemas de saúde.

Os demais denunciados, presos na Operação Detonando, realizada no dia 13 de junho de 2012, em São Luís e no interior do estado, foram conduzidos ao local dos depoimentos, inclusive o executor confesso do crime, o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, cuja custódia é de responsabilidade do Presídio Federal de Segurança Máxima de Catanduvas, no estado do Paraná.

Algemados e sob rígida escolta de policiais do Batalhão de Choque da PMMA, todos transitaram por uma espécie de túnel, entre o 1º andar e o subsolo, on-

de foram mantidos em uma cela especial. Entre eles, os agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e seu pai, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, e o também empresário Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, de 32 anos.

Também foi conduzido ao Salão do Júri o ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Maranhão, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o *Fábio Capita*, de 36 anos - a pessoa que, segundo as investigações, teria fornecido a arma do crime. Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 28 anos, piloto de fuga do assassino, preso em novembro, completou a lista dos presos.

Denúncia de agiotagem causou morte do jornalista

O jornalista Décio Sá foi assassinado na noite de 23 de abril de 2012, no Bar e Restaurante Estrela do Mar, situado na Avenida Litorânea. Décio aguardava amigos para um jantar, sentado a uma mesa, quando o autor do crime desceu da garupa de uma motocicleta, se aproximou e efetuou cinco disparos à queima-roupa. Três tiros atingiram a cabeça do jornalista e outros dois a região dorsal.

Conforme apurou a Polícia Civil, Décio Sá foi morto porque foi o primeiro a denunciar, em sua página na internet (blogdo-decio.com.br), que o assassinato do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33

anos, ocorrido no dia 31 de março, na cidade de Teresina, no estado do Piauí, havia sido encomendado por um grupo de agiotas estabelecido no Maranhão. Fábio Brasil foi executado com três tiros na cabeça.

O inquérito que investigou a morte de Décio Sá foi concluído e remetido à Justiça no fim da tarde do dia 17 de agosto do ano passado. Formada por 1.970 páginas, distribuídas em 31 volumes, toda a documentação foi entregue na sala da 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, pela comissão de delegados que trabalhou no caso durante 116 dias.

Mais

Os dois policiais civis denunciados e afastados da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, também compareceram à sessão. Segundo apurado no inquérito, os investigadores tinham ligação com a rede de agiotagem encabeçada por Gláucio Carvalho, e chagaram a participar de uma reunião com o grupo de agiotas em uma churrascaria, na capital, meses antes do crime.

Antes da suspensão das audiências, acompanhados pelo promotor de Justiça, Luís Carlos Duarte, o advogado de defesa de Gláucio Carvalho, Adriano Cunha, lamentou a interrupção dos trabalhos, tendo em vista acreditar na inocência do denunciado. "Nada vincula o meu cliente à morte de Décio Sá. Gláucio está preso há quase oito meses, diferente do colega beneficiado com essa decisão, portanto, isso não deixa de ser um prejuízo para a defesa", disse.

TJ e Sejap vão garantir trabalho de associações

O Grupo de Monitoramento Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão vai celebrar convênio com o Estado, por intermédio da Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), para garantir a continuidade do trabalho das Associações de Proteção e Assistência a Condenados (Apacs).

"Acreditamos na política de ressocialização e no método Apac e vamos formalizar novo convênio em reforço ao que vem sendo feito pelas associações. Esperamos que ele seja ampliado no Estado", ressaltou o coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, em reunião com o secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, sexta-feira.

No encontro, Tamer apresentou o relatório do mapeamento da situação processual e prisional de 368 detentos reclusos por mais de 120 dias do Centro de Detenção Provisória (CDP), em Pedrinhas. Ele falou do interesse da Sejap em reduzir o quantitativo de

presos provisórios nas unidades prisionais do Estado.

"Estamos empenhados nessa redução. Por meio do levantamento da assistência jurídica buscamos garantir aos custodiados tratamento digno, respeitando seus direitos, observando os critérios de decisão criminal e proporcionando a integração social ao condenado e ao internado, com sentimento de respeito aos direitos humanos", afirmou.

De acordo com o desembargador Froz Sobrinho, o mapeamento é inédito para o Judiciário maranhense ao trazer dados precisos e completos de presos provisórios, sendo uma importante ferramenta para dar celeridade aos julgamentos de processos.

"Vamos fazer uma revisão com os juízes e discutir a aplicação de medidas cautelares para que estes presos possam responder o processo em liberdade. O levantamento humaniza o trabalho da Justiça, pois dá maior velocidade ao processo, facilitando a correta aplicação da pena", observou.

Estado Maior

**Vaga aberta de
desembargador
gera expectativa** Política 3

Vaga aberta

Começa a inquietar o Tribunal de Justiça (TJ) a demora da Seccional da OAB na definição da lista sêxtupla da qual sairá o novo desembargador. Desde o ano passado, o colégio de desembargadores foi aumentado de 24 para 27 membros. Dos três novos, dois foram escolhidos entre juizes de carreira, sendo um pelo critério de merecimento e outro pelo de antiguidade. O terceiro, que sairá do Quinto Constitucional da OAB, não saiu até agora porque a instituição não conseguiu concluir o processo de formação da lista sêxtupla.

Para escolher os seis advogados para a lista, a OAB tem de cumprir uma série de procedimentos. Primeiro, abre inscrições a interessados. Em seguida, submete cada inscrição ao crivo do Conselho Seccional, que a aprova ou não. Se a inscrição for indeferida, o candidato pode contestar a decisão do Conselho, propondo a revisão da decisão pelo próprio órgão ou batendo às portas da Justiça Federal, caso se considere injustiçado.

Vinte advogados se inscreveram. Com alegações diversas, o Conselho indeferiu as inscrições de Daniel Leite, Valney Oliveira e Samir Murad. Os três contestaram o indeferimento das suas candidaturas. Leite e Oliveira recorreram ao próprio Conselho, enquanto Murad contestou a decisão em recursos à Justiça Federal, tendo obtido decisão liminar suspendendo a formação da lista.

Por conta do recesso judiciário da virada do ano, a OAB só poderá recorrer da decisão favorável ao advogado Samir Murad a partir do dia 1º de fevereiro, quando a Justiça Federal retomará suas atividades. E o processo de formação da lista só poderá ter continuidade quando a Justiça Federal se manifestar sobre o recurso que a OAB vai impetrar.

Daniel Leite, Valney e Samir Murad acreditem que terão suas inscrições confirmadas. O presidente da Ordem, Mário Macieira, diz que quer resolver as pendências o mais rapidamente possível. Já o comando do Tribunal de Justiça quer preencher logo a 27ª cadeira de desembargador.

TJMA vai inaugurar Fórum da Comarca de Pio XII com a presença de Guerreiro Júnior

A Casa da Justiça, denominação do novo fórum, além de espaço amplo para setores de trabalho, dispõe de estacionamento interno, muro e grades de proteção

PIO XII - A Comarca de Pio XII vai inaugurar fórum na quinta-feira (31). O evento reunirá os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA) e Cleones Cunha (corregedor-geral da Justiça), juízes, autoridades municipais e convidados.

A comarca de entrância inicial na microrregião do Médio Mearim, e a 272 km de São Luís, é primeira a ter prédio próprio construído pelo programa de obras do TJMA no interior, na gestão do presidente.

A moderna Casa da Justiça - denominação do fórum de Pio XII - reúne boas novidades no segmento de construções judiciais. Além de espaço amplo para setores de trabalho - incluindo salas de audiências, oficiais de justiça e OAB, Centro de Processamento de Dados (CPD) e estacionamento interno -, passa a dispor de muro, grades de proteção e alarme eletrônico.

O fórum terá como endereço a Rua Juscelino Kubitschek, s/nº, Centro, a mesma via onde funcionava o anterior. No imóvel antigo e alugado, entretanto, não faltavam problemas, a começar por instalações precárias.

Para a nova sede da comarca, o Tribunal renovou móveis funcionais e equipamentos de informática. A Comarca de Pio XII foi instalada em 2004.

Necessidades - Por recomendação de Guerreiro Júnior, o projeto de arquitetura desenvolvido pela Diretoria de Engenharia observou as necessidades de servidores e usuários, e atendeu a requisitos da Resolu-



O presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, estará presente na solenidade de inauguração

Mais

Estrutura

Bloco Administrativo: recepção (43,50 metros quadrados), sala de distribuição (15,40 metros quadrados), sala da OAB (10,50 metros quadrados), CPD (5,25 metros quadrados), sala de oficiais de justiça (15,57 metros quadrados), depósito judicial (15,57 metros quadrados), copa para funcionários (9,69 metros quadrados).

Vara

Vara Judicial: sala de audiências (25 metros quadrados), sala para assessores (10 metros quadrados), gabinete do juiz (20 metros quadrados), secretaria judicial (30,70 metros quadrados), arquivo (14,40 metros quadrados).

ção nº 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta construções e reformas no Poder Judiciário.

Edificado com área construída de 427,48 metros quadrados, em terreno de 1.713 metros quadrados doado pela Prefeitura, o prédio custou R\$ 984.959,29 ao Judiciário estadual. Os serviços autorizados em 2012 foram concluídos no fim do ano.

Na gestão do juiz Antonio Elias de Queiroga Filho, Pio XII registrava cerca de 3.200 proces-

sos em tramitação. Na saída do magistrado, em outubro de 2012 (promovido por merecimento para a 1ª Vara de Barra do Corda), sobraram em torno de 1.370. A comarca foi saneada e atingiu as metas exigidas pelo CNJ.

Em Pio XII tramitam hoje cerca de 1600 processos. Durante a licença-maternidade da juíza titular, Gisa Fernandes Mendonça, responde pela comarca a magistrada Denise Cysneiro Milhomem (titular da 1ª Vara de Santa Inês).

Liminar suspende depoimentos de acusação do 'Caso Décio Sá'

PÁGINA 3

NEM COMEÇOU...

Uma liminar concedida pelo desembargador Raimundo Nonato de Sousa suspendeu os depoimentos das testemunhas de acusação do 'Caso Décio Sá'. As chamadas 'oitivas' foram iniciadas nesta segunda-feira (28), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau, em São Luís.

Liminar suspende depoimentos de acusação do 'Caso Décio Sá'

De acordo com informações da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA), os depoimentos serão retomados somente após ser apreciado o mérito da liminar.

Até o momento em que houve a decisão do desembargador, foram tomados os depoimentos de três testemunhas: a esposa do jornalista, assassinado a tiros, em um bar da Avenida Litorânea, orla de São Luís, no dia 23 de abril de 2012; e de mais duas mulheres que teriam visto o acusado de cometer o crime, Jhonatan de Sousa Silva, fugir após o ato.

A liminar foi solicitada pelo advogado Aldenor Rebouças, que atua na defesa do também advogado Ronaldo Henrique dos Santos Ribeiro. No *habeas corpus*, Rebouças alega ter sofrido



Joenlista Décio Sá foi assassinado a tiro

constrangimento ilegal por parte do juiz Márcio Brandão, que presidiu as oitivas em virtude das férias da ma-

gistrada Ariane Mendes Piniheiro, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri.

O advogado alegou não

ter conseguido acesso ao "conteúdo das interceptações telefônicas para a confecção da denúncia" formulada pelo Ministério Público. Em outro trecho do pedido de liminar, o advogado utiliza justamente as férias da titular da 1ª Vara para suspender as audiências, muito embora Márcio Brandão, juiz auxiliar da capital, esteja atuando há alguns meses como auxiliar na 1ª Vara do Tribunal do Júri.

De todos os acusados, somente dois não compareceram à audiência nesta segunda-feira.

São eles: Shirliano Graciano de Oliveira que está foragido e José Raimundo Sales Chaves Júnior, conhecido como Júnior Bolinha, que justificou a ausência devido a problemas de saúde.

CIDADE**Ação contra dono de posto de combustível
acusado de criar cartel será mantida**

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão negaram pedido de habeas corpus e determinaram o prosseguimento de ação penal contra o proprietário de dois postos de combustível de São Luís, acusado pelo Ministério Público Estadual de ter planejado e conspirado a cartelização do preço de revenda do combustível na capital. **(Página 06)**

TJMA

Ação contra dono de posto de combustível acusado de criar cartel será mantida

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão negaram pedido de habeas corpus e determinaram o prosseguimento de ação penal contra o proprietário de dois postos de combustível de São Luís, acusado pelo Ministério Público Estadual de ter planejado e conspirado a cartelização do preço de revenda do combustível na capital.

Ao todo, oito empresários do ramo de combustíveis - associados ao Sindicato de Revendedores de Combustíveis do Maranhão - e um jornalista de São Luís foram denunciados pelo MP. Um

dos denunciados pediu o trancamento da ação, reclamando da falta de provas da materialidade do crime, e alegando não possuir potencial econômico e participação no mercado suficiente para eliminar a concorrência.

Os nove empresários foram acusados pelo Ministério Público de terem praticado crime contra a ordem econômica pela combinação de preços na revenda de combustíveis no primeiro semestre de 2011, quando houve um aumento geral e repentino nos produtos.

PROVAS - O MP utilizou depoimentos de testemunhas,

planilhas de preços em áreas geográficas da cidade, escutas judiciais e dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que teriam demonstrado que a prática do cartel contaria com o suporte do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis, que teria disponibilizado seus empregados para monitorar os preços praticados na cidade.

O relator do pedido de suspensão da ação penal, desembargador Joaquim Figueiredo, não admitiu os argumentos em que o acusado argumentava a sua não prática dos

atos, por se tratar de matéria privativa da instrução criminal.

Quanto à justa causa para prosseguimento da ação penal contra o empresário, o desembargador considerou efetivamente preenchidos os requisitos, frisando que a denúncia expôs o fato criminoso, as circunstâncias, qualificando os acusados e classificando o crime.

Joaquim Figueiredo destacou que não caberia antecipar-se à instrução criminal, afirmando verdadeiros ou falaciosos os termos da acusação, por estarem ainda pendentes de análise.

■ CASO DÉCIO

ADIADA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA SOBRE A MORTE DE DÉCIO SÁ

Audiência foi iniciada na manhã de ontem e invalidada no início da tarde, por decisão do TJ, até que sejam julgados pedidos de habeas corpus.

POLÍCIA 3

■ CASO DÉCIO

Audiência suspensa

Liminar do desembargador Raimundo Nonato Sousa invalidou ato da Primeira Vara do Tribunal do Júri para o interrogatório das testemunhas arroladas no caso da execução de jornalista

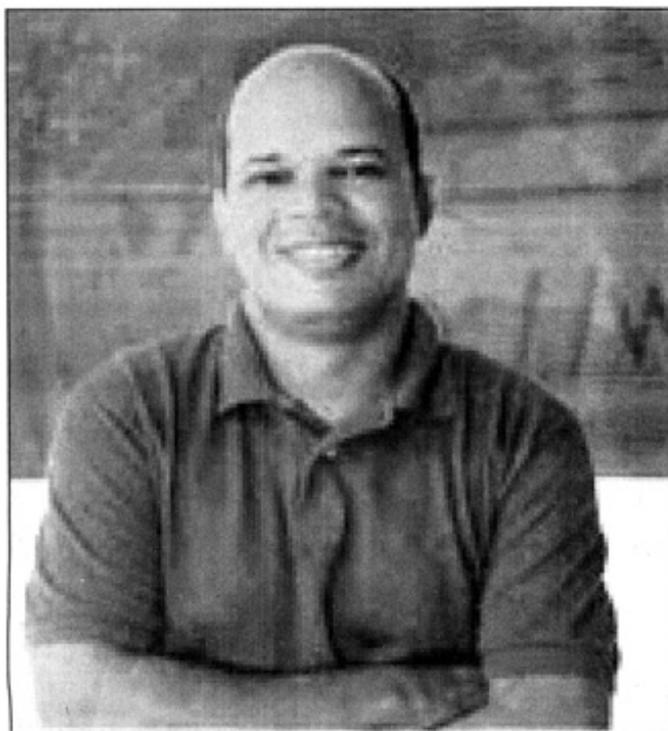
DOUGLAS CUNHA

A primeira audiência do processo de julgamento dos acusados na morte do jornalista Décio Sá foi iniciada na manhã desta segunda-feira e invalidada no início da tarde, por decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em liminar expedida pelo desembargador Raimundo Nonato Sousa, foi invalidada a audiência realizada na Primeira Vara do Tribunal do Júri para o interrogatório (oitiva) das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, no processo que apura o assassinato do jornalista.

Na audiência presidida pelo Juiz Márcio de Castro Brandão, tendo o promotor Luís Carlos Correa Duarte, representando o Ministério Público, a esposa da vítima Silvana Cardoso da Cruz e outras duas testemunhas: Lília Maia da Silva Gomes e Ezflia Silva Oliveira chegaram a ser interrogadas, mas os trabalhos foram suspensos com a chegada ali de uma liminar do Tribunal de Justiça, proibindo qualquer ato naquele processo até que sejam julgados todos os pedidos de *habeas-corporis* em favor dos acusados, que tramitam na Justiça.

Ainda no início da audiência, o advogado Aldenor Rebouças Junior, requereu verbalmente ao juiz Márcio Brandão, a suspensão da sessão considerando que não havia conseguido acesso ao processo, para poder preparar a defesa do seu cliente, o acusado Ronaldo Santos Ribeiro.

O juiz não atendeu o pedido e o advogado se retirou da sessão sen-



O jornalista Décio Sá foi executado no mês de abril de 2011

do multado em dez salários mínimos. Rebouças, no entanto, cuidou de requerer tal suspensão junto ao Tribunal e o desembargador Raimundo Nonato Sousa decidiu monocraticamente pela suspensão dos trabalhos, proibindo qualquer ato no processo, até o julgamento dos *habeas-corporis* impetrados pelos advogados de defesa em favor de seus constituintes.

Aldenor Rebouças Junior disse à reportagem de **O Imparcial** que o Ministério Público havia sido beneficiado com o acesso ao processo

para preparar a acusação e que, embora tivesse requerido, não foi atendido, tendo se passado 120 dias. O advogado novamente apresentou o pedido no momento da sessão, mas não foi atendido, o que o fez levar o caso ao conhecimento do Tribunal de Justiça, que decidiu pela suspensão do processo até o julgamento do *habeas-corporis* impetrados.

O juiz Márcio Brandão comunicou no plenário a decisão do Tribunal e suspendeu os trabalhos. O promotor Luís Carlos protestou e falou que a suspensão se tratava ape-

MEMÓRIA

Execução a tiros em bar de São Luís

● O jornalista Décio Sá foi executado a tiros na noite do dia 23 de abril do ano passado, quando se encontrava em um restaurante, na Avenida Litorânea, no Calhau, onde aguardava amigos. A polícia, logo que tomou conhecimento do caso, deu início às investigações e conseguiu identificar e prender o autor dos disparos, o pistoleiro Jonhatan Sousa Silva e consequentemente outros acusados de mandantes do crime. Jonhatan confessou a autoria do crime e de outros, inclusive um duplo homicídio em Santa Inês, no interior do Maranhão, e mais de 40 que disse ter cometido no estado do Pará, de onde é natural. Jonhatan se encontra recolhido a um presídio federal no Mato Grosso e foi trazido a São Luís, para participar da sessão que foi invalidada. Figuram como os principais mandantes do crime o empresário Gláucio Alencar Pontes Carvalho e seu pai José de Alencar Miranda Carvalho e José Raimundo Salves Chaves Junior - "Junior Bolinho". Todos estão presos.

nas no que diz respeito ao acusado Ronaldo Santos Ribeiro, sugerindo que a sessão tivesse andamento com relação aos demais acusados. O juiz Márcio Brandão não acatou o protesto e, sim, à ordem judicial superior.

GOOGLE COM BR/REPRODUÇÃO DA INTERNET

Empacou

A proposta de formação de parceria público-privada (PPP) do Maranhão permanece num impasse no CNJ. A Consulta do TJ tramita desde março do ano passado, mas está suspenso, aguardando os trabalhos de uma comissão. O relator é o conselheiro José Guilherme Vasi Werner, mas o colega dele, Fernando Tourinho Neto, pediu vista regimental. Já Bruno Dantas sugeriu uma audiência pública para avaliar melhor o assunto. Nem uma coisa e nem outra saíram.

Cartel na justiça (1)

O cartel dos combustíveis, que voltou a atacar do mesmo jeito que fez no ano passado, quando foi denunciado por formação de cartel ao Tribunal de Justiça pelo Ministério Público, sofreu ontem novo revés na corte. Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do TJ negaram pedido de habeas corpus e determinaram o prosseguimento de ação penal contra proprietários de dois postos de combustível de São Luís.

Cartel na justiça (2)

São oito empresários do ramo de combustíveis e um jornalista que foram denunciados pelo MP. Um dos denunciados pediu o trancamento da ação, reclamando da falta de provas da materialidade do crime. Segundo argumentou. Há três semanas, porém, o cartel voltou a operar. A gasolina anoiteceu com o preço de R\$ 2,49 e amanheceu custando R\$ 2,85. Tem até a R\$ 2,99! Nada de explicação sobre o aumento combinado.

DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM É INDICIADO POR FORMAÇÃO DE QUADRILHA

POLÍTICA 3



■ INVESTIGAÇÃO

Cutrim volta à cena

Deputado estadual foi denunciado pela Procuradoria Geral de Justiça por formação de quadrilha, grilagem de terras e falsidade ideológica. Denúncia vai ser apreciada pelo Tribunal de Justiça do MA

CLODOALDO CORRÊA

Volta e meia o nome do deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) aparece em alguma polêmica. Desta vez, o parlamentar foi denunciado pela própria procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, ao Tribunal de Justiça do Maranhão por formação de quadrilha, grilagem de terras e falsidade ideológica.

A denúncia foi encaminhada ao Tribunal de Justiça na última sexta-feira (25). Até o fechamento desta edição, o Poder Judiciário informou que a denúncia ainda não havia sido protocolada para posterior distribuição. A denúncia da procuradora-geral teve por base o inquérito policial instalado ano passado sobre bre grilagem de terras no Maranhão.

As investigações sobre grilagem começaram após a morte do empresário Marggion Andrade. Com o desenrolar dos acontecimentos e a investigação sobre grilagem, uma família de Paço do Lumiar denunciou que teria sido lesada pelo deputado em aproximadamente R\$ 600 mil, na época em que ele era secretário de Segurança Pública do Estado, na venda de um terreno na comunidade Pindoba. A propriedade teria sido adquirida pelo hoje parlamentar através de documentos que poderiam ser falsos. O deputado que, segundo o corretor Sebastião Cardoso Filho, adquiriu a terra por meio de documento fraudulento e nunca teria pago o imóvel. A tran-



Raimundo Cutrim foi denunciado pelo PGJ e vai sofrer investigação por série de acusações envolvendo grilagem no estado

sação ocorreu em 2005 e o documento que autorizava a venda da terra, segundo o corretor, foi assinado em um restaurante da cidade de São José de Ribamar.

Os documentos para que o deputado Raimundo Cutrim adquirisse a terra foram expedidos pelo cartório de 1º Ofício Extrajudicial de São José de Ribamar. A procuração foi outorgada no mês de julho do ano 2000 por Antonio Claudino da Silva, que autoriza, por meio do documento, a venda da terra. Antonio Claudino, no entanto, morreu no ano de 1997.

O deputado fez duros discursos na tribuna da Assembleia Legislativa por ter seu nome envolvido neste inquérito e no caso da morte do jornalista Décio Sá.

600

mil, o valor que o deputado é acusado de ter lesado uma família de Paço do Lumiar na venda de um terreno

A Assessoria de comunicação do Ministério Público Estadual confirmou o envio da denúncia ao Judiciário, mas não quis dar detalhes sobre o teor. A procuradora-geral não quis conceder entrevista sobre o caso.

O Imparcial tentou contato com o deputado Raimundo Cutrim (PSD) ontem sem sucesso. A reportagem de **O Imparcial** também foi à Assembleia Legislativa, mas o gabinete do deputado estava trancado ontem, assim como a maioria neste período de recesso.

Em discurso na Assembleia, à época do indiciamento, Cutrim negou qualquer envolvimento com o caso, comentando: "Eu vou buscar meus direitos aonde quer que seja, e eu sei de muita coisa, eu sei de muita coisa. E eu vou começar a falar por capítulos", revelou.

SAIBA MAIS

Em agosto de 2012 o parlamentar prestou depoimento no inquérito que apura crimes de "grilagem de terras" no Maranhão. O depoimento do deputado foi realizado na Assembleia Legislativa e durou cerca de três horas. A "grilagem de terras" começou a ser investigada em outubro de 2011, após o empresário Marggion Lanyere Andrade, de 45 anos, ter sido encontrado morto com um tiro na nuca, enterrado em uma cova rasa, em um terreno de sua propriedade, no bairro Araçagi. Segundo a polícia, o crime teria sido encomendado pelo corretor de imóveis Elias Orlando Nunes Filho, de 57 anos, e pelo ex-vereador de Paço do Lumiar, Edson Arouche Júnior, o Júnior do Mojó, de 42 anos, que, desde então, estão foragidos.

Ainda de acordo com a polícia, os sócios da Imobiliária Territorial foram indiciados como "mandantes do crime" porque queriam tomar o lote

vendido legalmente à vítima, que descobriu que a sua área já havia sido vendida irregularmente a outras quatro pessoas. O indiciamento dos empresários também foi embasado nos depoimentos dos três executores do crime que afirmaram, categoricamente, que foram contratados pelo corretor de imóveis e pelo ex-vereador para matar Marggion Andrade. Foram presos, como executores do empresário Marggion Lanyere Andrade, o caseiro da vítima, Roubert Sousa dos Santos, o Louro, de 19 anos, o ex-presidiário Alex Nascimento de Sousa, de 23 anos, que confessou ter efetuado o disparo contra a vítima, e um adolescente de 15 anos, que foi apreendido. Este último assumiu ter dado cobertura aos cúmplices, vigiando a movimentação de prováveis curiosos no local do crime. A investigação foi coordenada pela Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC).

Impasse na PPP do TJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, e seu colega do TJ de São Paulo, Ivan Sertori, até agora não conseguiram arrancar do Conselho Nacional de Justiça a autorização para formatação de parcerias público-privadas para projetos de grande envergadura no Judiciário. Guerreiro, desde quando era corregedor-geral de Justiça, propôs o projeto ao CNJ, com o apoio Paulo Sertori, presidente do TJ de São Paulo. Sertori quer ampliar as ações da Justiça, mas faltam os recursos necessários.

O objetivo de Guerreiro era conseguir pelas PPPs os R\$ 600 milhões para a construção do novo prédio do Tribunal de Justiça, cujo terreno foi doado no Calhau pelo governo do estado. Na esteira da nova sede, o Judiciário construiria 60 fóruns nas comarcas do interior do Maranhão, além de custear o processo de virtualização dos processos e integração on-line, um projeto que, por sinal, já está em andamento.

A sede atual do tribunal, Palácio Clovis Bevilacqua, no centro de São Luís, construída em 1948, é a terceira mais antiga do país. Não suporta mais clientela física e não tem para onde crescer ou fazer reforma. Tudo que poderia ser feito já foi, na expansão que chegou até a Rua de Nazaré. Nem estacionamento tem. As instalações acabam por engessar muitas atividades do TJMA, segundo Guerreiro. A nova sede custaria R\$ 250 milhões e abrigaria até 52 desembargadores. Hoje são 26, mas falta a OAB indicar um.

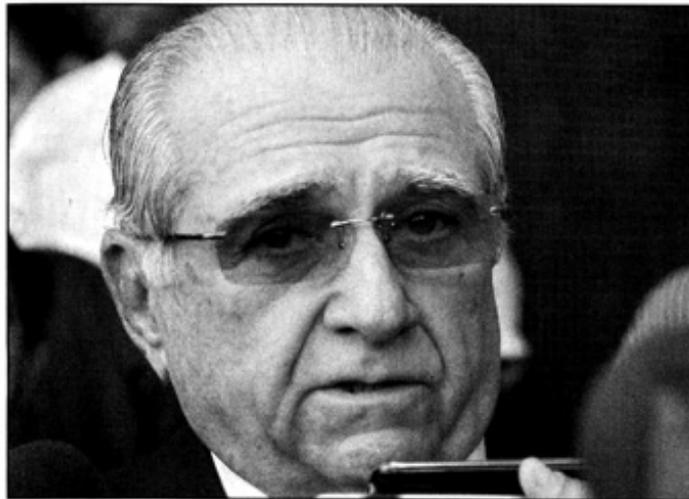
EX-PREFEITO

João Castelo retorna a São Luís

DA REDAÇÃO

O ex-prefeito de São Luís, João Castelo (PSDB), retornou na manhã de ontem à capital maranhense. O tucano, que não era visto desde o final de dezembro na cidade, foi surpreendido pela imprensa em seu retorno, após uma viagem para fazer uma bateria de exames, segundo afirmado pelo próprio. Sem paciência para atender os jornalistas, Castelo informou que só "vai falar de política em entrevista coletiva", que deve conceder nos próximos dias.

Em seu desembarque, o ex-prefeito pediu que os jornalistas o tratassem com "cordialidade e gentileza como manda a profissão". Ainda em contato com a imprensa ele afirmou: "eu estava cuidando da minha saúde é um direito que



HONÓRIO MOREIRA/O IMPARCIAL

Castelo afirma que todas denúncias da sua gestão serão explicados em coletiva

eu tenho". Perguntado sobre a situação da saúde pública de São Luís, ele respondeu ironicamente, "a mi-

nha está ótima" e ainda retrucou "pergunte para quem tá cuidando da prefeitura que eles te explicam".

Na semana passada, O Imparcial trouxe uma reportagem que informou o bloqueio dos bens do ex-prefeito e os sócios da Pavetec de acordo com o pedido da juíza Luzia Nepomucena da 1ª Vara de Fazenda Pública do dia 17 de dezembro de 2012. A decisão foi tomada, após conceder parece favorável a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público estadual ainda em 2011.

Visivelmente irritado, João Castelo disse que comentará e vai responder todas as denúncias que estão sendo feito contra ele, nos próximos dias. O posicionamento do tucano é o mesmo da semana passada, quando comunicou ao presidente do PSDB no Maranhão, o deputado federal Carlos Brandão, que retornaria em breve a São Luís e iria se defender de todas as acusações.

Acusado de criar cartel

TJ mantém
ação contra
dono de posto
de combustível

Página 8

Acusado de criar cartel

TJMA mantém ação contra dono de posto de combustível

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão negaram pedido de habeas corpus e determinaram o prosseguimento de ação penal contra o proprietário de dois postos de combustível de São Luís, acusado pelo Ministério Público Estadual de ter planejado e conspirado a cartelização do preço de revenda do combustível na capital.

Ao todo, oito empresários do ramo de combustíveis – associados ao Sindicato de Revendedores de Combustíveis do Maranhão – e um jornalista de São Luís foram denunciados pelo MP. Um dos denunciados pediu o trancamento da ação, reclamando da falta de provas da materialidade do crime, e alegando não possuir potencial econômico e participação no mercado suficiente para eliminar a concorrência.

Os nove empresários foram acusados pelo Ministério Público de terem praticado crime contra a ordem eco-

nômica pela combinação de preços na revenda de combustíveis no primeiro semestre de 2011, quando houve um aumento geral e repentino nos produtos.

O MP utilizou depoimentos de testemunhas, planilhas de preços em áreas geográficas da cidade, escutas judiciais e dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que teriam demonstrado que a prática do cartel contaria com o suporte do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis, que teria disponibilizado seus empregados para monitorar os preços praticados na cidade.

O relator do pedido de suspensão da ação penal, desembargador Joaquim Figueiredo, não admitiu os argumentos em que o acusado argumentava a sua não prática dos atos, por se tratar de matéria privativa da instrução criminal.

Quanto à justa causa para prosseguimento da ação penal contra o empre-



sário, o desembargador considerou efetivamente preenchidos os requisitos, frisando que a denúncia expôs o fato criminoso, as circunstâncias, qualificando os acusados e classificando o crime.

Joaquim Figueiredo destacou que não caberia antecipar-se à instrução criminal, afirmando verdadeiros ou fa-

laciosos os termos da acusação, por estarem ainda pendentes de análise.

“O que importa em casos como este é que a prova produzida na fase inquisitorial seja, afinal, confirmada por outros elementos, durante a fase judicial, com observância do contraditório e ampla defesa”, afirmou o magistrado.

Em Pio XII

Tribunal de Justiça inaugura moderno fórum

Pio XII terá novo fórum na quinta-feira (31), em inauguração que reunirá os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão), e Cleones Cunha (corregedor-geral da Justiça), juízes, autoridades municipais e convidados. A comarca de entrância inicial na microrregião do Médio Mearim, e a 272 km de São Luís, é primeira a ter prédio próprio construído pelo programa de obras do TJMA no interior, na gestão do presidente.

A moderna Casa da Justiça – denominação do fórum de Pio XII – reúne boas novidades no segmento de construções judiciárias. Além de espaço amplo para setores de trabalho – incluindo salas de audiências, oficiais de justiça e OAB, Centro de Processamento de Dados (CPD) e estacionamento interno –, passa a dispor de muro, grades de proteção e alarme eletrônico.

O fórum terá como endereço a Rua Juscelino Kubitscheck, s/nº, centro, a mesma via onde funcionava o anterior. No imóvel antigo e alugado, entretanto, não faltavam problemas, a começar por instalações precárias. Para a nova sede da comarca o Tribunal renovou móveis

funcionais e equipamentos de informática.

Por recomendação de Guerreiro Júnior, o projeto de arquitetura desenvolvido pela diretoria de Engenharia observou as necessidades de servidores e usuários, e atendeu a requisitos da Resolução nº 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta construções e reformas no Poder Judiciário.

Edificado com área construída de 427,48 m², em terreno de 1.713 m² doado pela prefeitura, o prédio custou R\$ 984.959,29 ao Judiciário estadual. Os serviços autorizados em 2012 foram concluídos no final do ano.

Na gestão do juiz Antonio Elias de Queiroga Filho, Pio XII registrava cerca de 3.200 processos em tramitação. Na saída do magistrado, em outubro de 2012 (promovido por merecimento para a 1ª Vara de Barra do Corda), sobraram em torno de 1.370. A comarca foi saneada e atingiu as metas exigidas pelo CNJ.

Em Pio XII tramitam hoje cerca de 1600 processos. Durante a licença-maternidade da juíza titular Gisa Fernandes Mendonça, responde pela comarca a juíza Denise Cysneiro Milhomem (titular da 1ª Vara de Santa Inês).

Juiz viola Constituição ao censurar imprensa, diz ANJ

Apesar de a Constituição garantir o direito à livre expressão e ter abolido a censura, casos de restrições à imprensa têm ocorrido com o aval de setores do Judiciário. Levantamento da Associação Nacional de Jornais (ANJ) mostra que, em 2012, 11 decisões judiciais determinaram censura à imprensa. Outros 14 casos foram registrados em 2011; 16, em 2010; 10, em 2009; e seis, em 2008. As informações são do jornal O Globo.

Atento à questão, o ex-ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto criou, em novembro do ano passado, o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa no Conselho Nacional de Justiça, órgão que também presidia na ocasião. Apesar de não ter poderes para impedir a censura judicial, o grupo vai monitorar casos e discutir o assunto. Ainda não há data prevista para o início das atividades do fórum. Mas sabe-se que a ANJ terá assento.

O diretor-executivo da ANJ, Ricardo Pedreira, considera absurdo um juiz determinar censura prévia à imprensa. “A censura judicial acontece em flagrante desrespeito à Constituição. Infelizmente, é um fato que vem ocorrendo com uma frequência preocupante, em geral, por parte de juízes de primeira instância,

indo contra a própria decisão do STF (que revogou a Lei de Imprensa em 2009).

Naquele caso, ficou muito claro que não cabe absolutamente, da parte de quem quer que seja, censura prévia. A gente espera que os juízes de instâncias inferiores passem a entender a importância da decisão do Supremo. É um absurdo que isso aconteça porque a Constituição é muito clara”, protesta Pedreira.

Para ele, iniciativas como a de criação do fórum contribuem para mudar a mentalidade dos juízes. Pedreira ressalta que o evento não terá o poder de mudar as decisões judiciais, mas que a discussão do tema pode esclarecer a magistratura.

“Qualquer iniciativa que vise a divulgar os princípios da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, nos termos da nossa Constituição, é muito bem-vinda. Não basta uma decisão do Supremo para as coisas acontecerem de forma efetiva. Um debate desse tema no Judiciário é bastante positivo. A gente não imagina que o CNJ vá determinar as sentenças dos juízes porque não há esse poder: os juízes têm sua autonomia. O que a gente espera é um debate de alto nível, em que se possa deixar clara essa questão dentro do Judiciário”, afirma.

'CASO DÉCIO SÁ' CAUSA BATALHA JUDICIAL NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Liminar concedida pelo TJ suspende audiências sobre o assassinato do blogueiro e jornalista



Advogados acompanham no Fórum acusados pelo assassinato do jornalista Décio Sá

O desembargador Raimundo Nonato de Souza concedeu, na tarde de ontem (28), uma liminar ao advogado Aldenor Cunha Rebouças Júnior, que representa Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, e as audiências sobre a morte do jornalista Décio Sá foram suspensas

até o julgamento do mérito. Ronaldo Henrique Santos Ribeiro é advogado e um dos 12 acusados de envolvimento no assassinato de Décio Sá, crime ocorrido no dia 23 de abril, do ano passado, em um bar na Avenida Litorânea.

————— ÚLTIMA PÁGINA

Liminar concedida pelo TJ suspende audiências sobre o 'caso Décio Sá'

POR VALQUÍRIA FERREIRA
e JULLY CAMILO

O desembargador Raimundo Nonato de Souza concedeu, na tarde de ontem (28), uma liminar ao advogado Aldenor Cunha Rebouças Júnior, que representa Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, e as audiências sobre a morte do jornalista Décio Sá foram suspensas até o julgamento do mérito. Ronaldo Henrique Santos Ribeiro é advogado e um dos 12 acusados de envolvimento no assassinato de Décio Sá, ocorrido no dia 23 de abril, do ano passado, em um bar na Avenida Litorânea.

O advogado Aldenor Cunha Rebouças Júnior entrou com o pedido de habeas corpus para seu cliente, alegando que não teve acesso a nenhum documento referente às escutas (interceptação telefônica) que serviram para a confecção da denúncia contra Ronaldo Ribeiro, fato que teria impedido a criação da defesa com base na acusação.

"Esta é a terceira vez que entro com o pedido de habeas corpus e a única que fui atendido. Nunca tive acesso a nenhuma escuta, nas quais acusam Ronaldo Ribeiro. Quero ter acesso ao conteúdo, para preparar o meu trabalho", afirmou.

Prejuízos para outros acusados - Adriano Cunha, advogado de defesa do empresário Gláucio Alencar Pontes Carvalho e de José de Alencar Miranda Carvalho, afirmou que a suspensão das audiências pode prejudicar seus clientes.

"O meu cliente está preso há quase oito meses e todos os pleitos pedidos foram negados. Estamos trabalhando na linha denunciada a este jornal, de que as investigações estariam punindo inocentes para blindar o grupo político da família Teles, de Barra do Corda, aliada da família Sarney". "Não há nada que comprove a participação dos meus clientes no assassinato de Décio Sá. Quanto mais tempo passa, eles continuam pagando por algo que não fizeram", completou.

Com o pedido de habeas corpus acatado pelo desembargador Raimundo Nonato, os depoimentos que seriam prestados ontem, hoje e amanhã foram suspensos. E não há uma data definida para que as oitivas sejam retomadas.

Na manhã de ontem, apenas três depoimentos foram prestados. Das 15 testemunhas de acusação, somente quatro compareceram.

Atraso de uma hora e meia - As audições, que deveriam começar por volta das 8h30, só tiveram início às 10h, por conta da solicitação das testemunhas ao juiz auxiliar da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Márcio de Castro Brandão, de que os 12 acusados envolvidos no caso não participassem, mesmo que como ouvintes. No total, foram arroladas pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA) 56 testemunhas de acusação e deveria ser ouvidas 15 pessoas por dia, pelo promotor Luís Carlos Correa Duarte, da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri. Não compareceram ao Fórum Shirliano Graciano de Oliveira, que encontra-se foragido; e José Raimundo Sales Chaves Júnior, o 'Junior Bolinha', que está preso e solicitou por meio de requerimento a não participação.

Os acusados que estão presos foram levados para o Fórum Desembargador Sarney Costa, sob um forte esquema de segurança, composto por 16 homens da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), 40 policiais militares e oito homens do Grupo Tático Aéreo (GTA). São eles: Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 35 anos; José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio), 73; o policial militar Fábio Aurélio Saraiva Silva, o 'Capita', 36; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o 'Bochecha', 32; Jhonatan de Sousa Silva (o executor), 24; Marcos Bruno Silva de Oliveira, 28; e Elker Farias Veloso, 26. Os acusados que permanecem soltos, mas que também estiveram no Fórum, são os policiais civis Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, além do advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro.

Os advogados dos acusados foram contra a decisão do juiz Márcio Brandão em dispensar os mesmos da oitiva, sob a alegação de que nenhuma testemunha foi coagida ou ameaçada e que seus clientes teriam direitos garantidos por lei de saber do que estão sendo acusados. O advogado de 'Bochecha', Erivelton Lago, disse que é de suma importância a participação dos acusados durante as audições das testemunhas.

"É preciso lembrar que não há sentença absoluta, portanto, eles

continuam na condição de acusados, não entendo o porquê desse medo das testemunhas em ocupar o mesmo ambiente que eles. Acredito que ninguém esteja sendo ameaçado. A lei prevê que os acusados fiquem, e por isso vamos recorrer dessa decisão judicial, afinal, eles têm o direito de se defender e saber do que exatamente estão sendo acusados", explicou.

Adriano Cunha, advogado de defesa de Gláucio Alencar e de José de Alencar Miranda, disse que esse momento é apenas o início da instrução, onde a defesa tem condições de arguir sua tese baseado nos relatos, nas repetições e contradições. Ele contou que, diferentemente do que alegou a polícia, a autoria do crime ainda não foi definida, mas sim o executor.

"Tenho plena convicção de que meus clientes não estão envolvidos na morte do jornalista Décio Sá e por isso vou trabalhar arduamente em suas defesas. Me preocupo com a saúde do senhor Miranda que já tem 73 anos e está bastante debilitado por conta do diabetes e outros problemas de saúde. Tentamos a prisão domiciliar, conforme determinou a Justiça do Piauí, referente ao processo que corre naquele estado, mas em São Luís faltou bom senso das autoridades competentes que poderiam ter feito a mesma coisa", disse ele.

A imprensa não teve acesso à oitiva que aconteceu a portas fechadas, no intuito de garantir preservada a identidade das testemunhas. A assessoria de comunicação do Tribunal do Júri informou que, mesmo dispensados os acusados, permaneceram nas celas existentes no local, onde devem aguardar o término dos procedimentos. A viúva do jornalista Décio Sá, Silvana Sá, também esteve no local, mas não quis se pronunciar sobre o assunto.

Sejap entrega relatório do mapeamento de detentos provisórios ao Tribunal de Justiça

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sérgio Tamer, entregou ao desembargador Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, relatório elaborado pela secretaria sobre a situação dos presos provisórios. A entrega aconteceu durante reunião na sexta-feira (25).

O relatório, elaborado pela equipe multidisciplinar da Sejap, analisou a situação dos internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas, em São Luís, custodiados por mais de 120 dias na unidade e diagnosticou 368 internos na referida situação. O objetivo do levantamento é buscar garantir aos custodiados tratamento digno e respeito aos seus direitos.

O desembargador Froz Sobrinho descreveu a iniciativa como inédito no Maranhão "Com o relatório, o juiz pode analisar o perfil do preso e fazer uma análise mais humanizada. A

Sejap desenvolveu uma ferramenta muito importante".

De acordo com o desembargador, o conteúdo do relatório será fundamental para o trabalho de diminuição no número de presos provisórios "A meta desse ano é conseguir diminuir em 20% o quadro de presos provisórios do estado. É um trabalho audacioso, mas possível", ressaltou.

O secretário Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, destacou a parceria entre a Sejap e o TJ. "O grupo de monitoramento, em especial, tem sido grande aliado no desenvolvidos e evolução dos trabalhos nas unidades prisionais".

Participaram da reunião, a subsecretária e o assessor da Sejap, Leopoldina Amélia Barros e Leonel Amorim, respectivamente, e o Coordenador Executivo da Unidade de monitoramento Carcerário, Ariston Apoliano.

Tribunal de Justiça inaugura moderno fórum em Pio XII

Pio XII terá novo fórum na quinta-feira (31), em inauguração que reunirá os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão), e Cleones Cunha (corregedor-geral da Justiça), juízes, autoridades municipais e convidados. A comarca de entrância inicial na microrregião do Médio Mearim, e a 272 km de São Luís, é primeira a ter prédio próprio construído pelo programa de obras do TJMA no interior, na gestão do presidente.

A moderna Casa da Justiça – denominação do fórum de Pio XII – abriga boas novidades no segmento de construções judiciárias. Além de espaço amplo para setores de trabalho – incluindo salas de audiências, oficiais de justiça e OAB, Centro de Processamento de Dados (CPD) e estacionamento interno –, passa a dispor de muro, grades de proteção e alarme eletrônico.

O fórum terá como endereço a Rua Juscelino Kubitschek, s/nº, centro, a mesma via onde funcionava o anterior. No imóvel antigo e alugado, entretanto, não faltavam problemas, a começar por instalações precárias. Para a nova sede da comarca o Tribunal renovou móveis funcionais e equipamentos de informática.

Por recomendação de Guerreiro Júnior, o projeto de arquitetura desenvolvido pela diretoria de Engenharia observou as necessidades de servidores e usu-



DIVULGAÇÃO

Guerreiro Júnior inaugura fórum de Pio XII na quinta-feira

ários, e atendeu a requisitos da Resolução nº 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta construções e reformas no Poder Judiciário.

Edificado com área construída de 427,48 m², em terreno de 1.713 m² doado pela prefeitura, o prédio custou R\$ 984.959,29 ao Judiciário estadual. Os serviços autorizados em 2012 foram concluídos no final do ano.

Na gestão do juiz Antonio Elias de Queiroga Filho, Pio XII registrava cerca de 3.200 processos em tramitação. Na saída do magistrado, em outubro de 2012 (promovido por merecimento para a 1ª Vara de Barra do Corda), sobram em torno de 1.370. A comarca foi saneada e atingiu as metas exigidas pelo CNJ.

Em Pio XII tramitam hoje

cerca de 1600 processos. Durante a licença-maternidade da juíza titular Gisa Fernandes Mendonça, responde pela comarca a juíza Denise Cysneiro Milhomem (titular da 1ª Vara de Santa Inês).

O novo fórum

- *Bloco Administrativo: recepção (43,50 m²), sala de distribuição (15,40 m²), sala da OAB (10,50 m²), CPD (5,25m²), sala de oficiais de justiça (15,57 m²), depósito judicial (15,57m²), copa para funcionários (9,69m²).*

- *Vara Judicial: sala de audiências (25 m²), sala para assessores (10 m²), gabinete do juiz (20 m²), secretaria judicial (30,70 m²), arquivo (14,40 m²)*



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 05/2013
Processo n.º. 24.219/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º.24.628/08, Resolução n.º. 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), para Aquisição de computadores, impressoras, scanners, nobreaks, estabilizadores, switches e roteadores wireless para utilização nas unidades em que será implantado o sistema de processo judicial eletrônico - PJe, no dia 14/02/2013, às 10:30 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidido por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 29 de janeiro de 2013.
Allyson Fränk Gouveia Costa
Pregoeiro TJ/MA

❖❖ **Em artigo publicado na Folha de S. Paulo, o advogado Pierpaolo Cruz Bottini cita as críticas dos que são contra o processo eletrônico no Judiciário e dos que são favoráveis a este tipo de processo.**

❖❖ **Com prós e contras, o advogado conclui que “a informatização da Justiça é uma realidade inexorável. Isso não significa que os projetos sejam perfeitos.**

❖❖ **Sua implementação deve ser acompanhada, e cabe ao tribunal abrir canais de debate para que os inevitáveis problemas sejam corrigidos a tempo de evitar injustiças”.**